

**BANCO PANAMERICANO S.A.**  
**COMPANHIA ABERTA**  
**CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13**  
**NIRE: 35.300.012.879**

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2013.

**1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09**

Anexo I.

**2. Eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal**

Nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se detalhadas no Anexo II a esta Proposta.

**3. Definição da remuneração global dos Administradores da Companhia**

Propomos que o montante global máximo da remuneração fixa dos administradores da Companhia para o exercício de 2013 seja no valor de R\$ 28.826.000,00 (vinte e oito milhões e oitocentos e vinte e seis mil reais).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da Proposta da Remuneração dos Administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III a esta Proposta.

**4. Informações nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09**

Anexo IV.

## ANEXO I

### **Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.**

#### **10.1 Comentários dos diretores sobre**

##### ***a. Condições financeiras e patrimoniais gerais***

O Panamericano é um banco com foco em crédito ao consumidor, para empresas e hipotecário, que oferece uma carteira extensa e diversificada de produtos e serviços, incluindo, entre outros, financiamento de veículos, crédito consignado, cartões de crédito, diversas modalidades de crédito para pessoas jurídicas, seguros, leasing, atividades de financiamento em grupo (consórcio) e crédito imobiliário (financiamento e refinanciamento). Acreditamos que os segmentos em que atuamos apresentam alto potencial de crescimento devido ao aumento da renda média da população brasileira, ao aumento do consumo pelas classes baixa e média nos últimos anos, bem como às nossas estimativas de crescimento da economia brasileira no futuro próximo.

O Banco está presente em todo território nacional, distribuído geograficamente de acordo com o PIB de cada região, e conta com 297 pontos de vendas exclusivos, nas principais cidades de todos os estados brasileiros. O Panamericano está ativamente presente também em 6.746 concessionárias e revendedoras de veículos novos e usados.

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Panamericano firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição, por R\$940,4 milhões, de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”). A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários, por meio da Brazilian Securities, que é uma das maiores companhias securitizadoras do Brasil. Esta aquisição teve como objetivos: (i) adicionar à Companhia uma plataforma consolidada de originação de créditos com margens atraentes; (ii) garantir a expansão de seu portfólio de produtos em um mercado com grande potencial de crescimento; e (iii) ampliar sua rede de distribuição, com a incorporação dos 99 pontos de venda da BM Sua Casa.

Em 18 de janeiro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram as propostas da Administração para: (i) aumento do capital social do Panamericano no valor de até R\$1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais na ocasião existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$6,05 por ação ordinária

ou preferencial (“Aumento de Capital”); (ii) alteração do Estatuto Social para criação de um Comitê de Remuneração; e (iii) incremento do dividendo obrigatório da Companhia, dos atuais 25% para 30% do lucro líquido ajustado no exercício social de 2012, sendo ainda majorado para 35% a partir do exercício social de 2013 (inclusive).

Em 31 de janeiro de 2012, os controladores do Panamericano integralizaram a totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias no Aumento de Capital. Na mesma data, conforme divulgado em Fato Relevante, o Panamericano assinou os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE.

Em 25 de abril de 2012 os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE. Em seguida, em 30 de abril de 2012, o Panamericano foi comunicado sobre o exercício, no âmbito do Aumento de Capital, pelo TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), dos direitos de preferência à subscrição a ele cedidos pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), no total de 30.095.978 ações preferenciais de emissão do Panamericano, correspondentes a 12,4% do total de ações preferenciais e 5,6% do total de ações emitidas pela Companhia, após o Aumento de Capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a homologação parcial do Aumento de Capital, com a subscrição de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$1.758.929.416,75. Tendo em vista que o aumento de capital superou o valor de Subscrição Mínima, conforme definido no Aviso aos Acionistas datado de 18 de janeiro de 2012, as sobras não subscritas foram canceladas. Em seguida, em 08 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil (“Bacen”) aprovou o Aumento de Capital, e em 11 de junho de 2012 aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Panamericano.

Com isso, em 19 de julho de 2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE, por meio da qual foi cindido o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos (“Brazilian Capital”). Adicionalmente, também em 19 de julho de 2012 e após a cisão descrita acima, foi concluída a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities. Desta forma, a partir daquela data, os saldos das operações da BFRE passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras do Panamericano.

**b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas**

<b>Acionistas</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>%</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.346	51,00	33.114.219	13,65	182.270.565	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixapar	143.307.049	49,00	54.802.722	22,59	198.109.771	37,02
Conselho de Administração	5	0,0	-	-	5	0,0
Mercado	-	-	154.695.734	63,76	154.695.734	28,92

<b>Total</b>	<b>292.463.400</b>	<b>100,0</b>	<b>242.612.675</b>	<b>100,0</b>	<b>535.076.075</b>	<b>100,0</b>
--------------	--------------------	--------------	--------------------	--------------	--------------------	--------------

- Estrutura de Capital

<b>Capital Próprio (R\$ milhões)</b>	<b>31 de dezembro de</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Capital Social	2.867,0	1.108,1
Reserva de Capital	-	0,2
Reserva de Lucro Legal	-	3,0
Reserva de Lucros do Patrimônio	-	287,1
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1)	(0,0)
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(376,7)	(171,1)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.489,3</b>	<b>1.227,3</b>

<b>Capital de terceiros (R\$ milhões)</b>	<b>31 de dezembro de</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Depósitos à Vista	101,6	97,2
Depósitos a Prazo	2.362,1	2.403,1
LCA, LCI e LF	2.952,1	304,6
Depósitos Interfinanceiros	4.150,5	2.721,2
FiDCs	561,0	1.070,8
Captações no Mercado Aberto	1.079,9	516,4
Recursos Empréstimos Leasing	-	5,3
Cessões de Crédito a Outras Instituições Financeiras <sup>(1)</sup>	1.157,8	2.082,7
Emissão Externa e Dívida Subordinada	1.807,2	1.887,1
<b>Total de Capital de Terceiros</b>	<b>14.172,2</b>	<b>11.088,4</b>

<sup>(1)</sup> Registrado em contas de compensação e referem-se a cessões com coobrigação.

*(i) hipóteses de resgate*

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

*(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate*

O cálculo do valor de resgate segue as determinações legais.

**c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Temos como política de liquidez a manutenção de um caixa mínimo que garanta o cumprimento de todas as obrigações em um prazo de 90 dias, mesmo em cenários de stress de mercado. Para suportar essa política de liquidez, consideramos no cálculo o acordo operacional válido por 8 anos, pelo qual dispomos de linhas no valor de R\$ 10,0 bilhões.

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Em 31 de dezembro de 2012, os recursos captados totalizaram R\$14,2 bilhões, 27,8% acima do saldo de R\$11,0 bilhões no final de 2011, acompanhando as necessidades de financiamento dos ativos. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos interfinanceiros no valor de R\$4,2 bilhões, equivalentes a 29,3% do total; (ii) as letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário, que correspondiam a 20,8% do total, ou R\$3,0 bilhões; (iii) os depósitos a prazo, que correspondiam a 16,7% do total, ou R\$2,4 bilhões;

(iv) as emissões externas no valor de R\$1,8 bilhão, equivalentes a 12,8% do total; (v) as cessões de crédito, com 8,2% do total ou R\$1,2 bilhão; (vi) as captações no mercado aberto, com 7,6% do total ou R\$1,1 bilhão; e (vii) as cotas de terceiros em FIDCs exclusivamente de créditos originados pelo Banco, representando 4,0% do total, ou R\$561,0 milhões.

	<b>Consolidado (R\$ milhões)</b>	
	<b>Dez/12</b>	<b>Dez/11</b>
Depósito à Vista	101,6	97,2
Depósitos a Prazo	2.362,1	2.403,1
LCA, LCI e LF	2.952,1	304,6
Depósitos Interfinanceiros	4.150,5	2.721,2
FIDCs	561,0	1.070,8
Captações no Mercado Aberto	1.079,9	516,4
Recursos Empréstimo Leasing	0,0	5,3
Cessões de Crédito a Outras Instituições Financeiras <sup>(1)</sup>	1.157,8	2.082,7
Emissão Externa e Dívida Subordinada	1.807,2	1.887,1
<b>Total</b>	<b>14.172,2</b>	<b>11.088,4</b>

<sup>(1)</sup> Registrado em contas de compensação e referem-se a cessões com coobrigação.

#### Depósitos a Prazo

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da nova composição acionária, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Em 31 de dezembro de 2012, os Depósitos a Prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 77,9%; (ii) pessoas jurídicas, com 14,8%; e (iii) pessoas físicas, com 7,3%.

#### Depósitos interfinanceiros

Referem-se às captações junto a instituições financeiras, normalmente de curto prazo (entre 30 e 180 dias).

#### Captações através de FIDCs

O saldo destas captações junto aos cotistas seniores, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$561,0 milhões contra R\$1.070,8 milhões em 31 de dezembro de 2011.

#### Captações no mercado aberto

Referem-se à captação de recursos através da venda de títulos públicos federais de nossa carteira própria ou de terceiros em operações compromissadas.

#### Cessões de crédito a outras instituições financeiras

Realizamos cessões de créditos consignados de funcionários públicos, veículos automotores, e créditos imobiliários de um modo geral, a outras instituições financeiras, através de convênios de cessão de crédito celebrados com tais instituições. Essas operações são registradas em contas de compensação na medida em que, por força da co-obrigação, ainda temos responsabilidades referentes a estas operações.

Em 31 de dezembro de 2012, nosso saldo de créditos cedidos com coobrigação a outras instituições financeiras era de R\$1.157,8 milhões contra R\$2.082,7 em 31 de dezembro de 2011.

#### Emissões Externas

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior, por meio da emissão de notas sênior denominadas “Euro Medium-Term Notes”, cujo total era de US\$500,0 milhões, dos quais US\$200,0 milhões foram emitidos em 26 de outubro de 2009, com vencimento em 26 de outubro de 2012, e US\$300,0 milhões foram emitidos em 04 de agosto de 2010, com vencimento em 04 de agosto de 2015.

Em razão da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Panamericano, o Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores destas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$ 900,0 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$11,4 milhões na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

Em 26 de outubro de 2012, o Panamericano liquidou a emissão de notas sênior realizada em 26 de outubro de 2009, no valor original de US\$200,0 milhões, cujo saldo devedor de principal em aberto era de US\$199,1 milhões. Embora o mercado internacional de capitais oferecesse, na ocasião, condições favoráveis a uma nova emissão para refinar este vencimento, o Banco considerou suas condições de financiamento no mercado local por hora mais atraentes, razão pela qual as notas foram integralmente quitadas com recursos de *funding* local.

O Banco possui também captações de recursos por meio da emissão de dívidas subordinadas. Em 10 de julho de 2006, o Banco emitiu notas subordinadas no valor de US\$125,0 milhões, dos quais US\$50,0 milhões foram emitidos em 18 de julho de 2006 e US\$75,0 milhões em 16 de agosto de 2006, ambas as tranches com vencimento em 18 de julho de 2016. Em 23 de abril de 2010, o Banco realizou nova emissão de notas subordinadas, desta vez no valor de US\$500,0 milhões, com vencimento em 1º de março de 2020.

Em julho de 2011, como parte das ações para redução dos custos de captação, a Companhia exerceu sua opção de resgatar antecipadamente e cancelar a totalidade da emissão de notas subordinadas com vencimento em 18 de julho de 2016, com valor total de principal de US\$125,0 milhões e cupom em dólares de 11,0% ao ano.

#### ***e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

A Companhia possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central que determina o volume de caixa mínimo da Companhia, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. Administramos nossa posição de liquidez realizando operações *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de

títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado. Além disso, possuímos um acordo operacional válido por 8 anos que nos garante liquidez mesmo em um cenário de crise.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:**

*(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior, por meio da emissão de notas sênior denominadas “Euro Medium-Term Notes”, cujo total era de US\$500,0 milhões, dos quais US\$200,0 milhões foram emitidos em 26 de outubro de 2009, com vencimento em 26 de outubro de 2012, e US\$300,0 milhões foram emitidos em 04 de agosto de 2010, com vencimento em 04 de agosto de 2015.

Em razão da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Panamericano, o Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores destas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$900,0 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$11,4 milhões na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

Em 26 de outubro de 2012, o Panamericano liquidou a emissão de notas sênior realizada em 26 de outubro de 2009, no valor original de US\$200,0 milhões, cujo saldo devedor de principal em aberto era de US\$199,1 milhões. Embora o mercado internacional de capitais oferecesse, na ocasião, condições favoráveis a uma nova emissão para refinar este vencimento, o Banco considerou suas condições de financiamento no mercado local por hora mais atraentes, razão pela qual as notas foram integralmente quitadas com recursos de funding local.

O Banco possui também captações de recursos por meio da emissão de dívidas subordinadas. Em 10 de julho de 2006, o Banco emitiu notas subordinadas no valor de US\$125,0 milhões, dos quais US\$50,0 milhões foram emitidos em 18 de julho de 2006 e US\$75,0 milhões em 16 de agosto de 2006, ambas as tranches com vencimento em 18 de julho de 2016. Em 23 de abril de 2010, o Banco realizou nova emissão de notas subordinadas, desta vez no valor de US\$500,0 milhões, com vencimento em 1º de março de 2020.

Em julho de 2011, como parte das ações para redução dos custos de captação, a Companhia exerceu sua opção de resgatar antecipadamente e cancelar a totalidade da emissão de notas subordinadas com vencimento em 18 de julho de 2016, com valor total de principal de US\$125,0 milhões e cupom em dólares de 11,0% ao ano.

O quadro a seguir apresenta os valores emitidos, saldos, taxas de juros, datas de emissão e de vencimento de cada série de títulos em circulação:

Valor Emitido em 31/dez/12	Valor Emitido em 31/dez/11	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Taxa de Juros (%)	Data de Emissão	Data de Vencimento	
(em US\$ milhões)		(em R\$ milhões)					
<b>Programa de <i>Medium-Term Notes</i></b>							
-	199,1	0,0	378,7	7,0% a.a	26/10/2009	26/10/2012	
288,6	288,6	612,6	546,6	5,5% a.a	04/08/2010	04/08/2015	
<b>Total de <i>Notes</i></b>							
288,6	487,7	612,6	925,3				
<b>Dívida Subordinada</b>							
500,0	500,0	1.184,1	961,8	8,5% a.a	23/04/2010	01/03/2020	
10,0	-	10,5	0,0	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	22/05/2012	22/05/2018	
<b>Total de Dívida Subordinada</b>							
510,0	500,0	1.194,6	961,8				
<b>Total Geral</b>							
<b>798,6</b>	<b>987,7</b>	<b>1.807,2</b>	<b>1.887,1</b>				

(ii) *outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

O Banco possui um Acordo Operacional de R\$10 bilhões com a Caixa, válido por 8 anos. Caixa firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez, destacam-se: (I) o comprometimento da Caixa Econômica Federal de adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$8,0 bilhões; e (II) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações serão realizadas em condições de mercado.

(iii) *grau de subordinação entre as dívidas*

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Nas dívidas com garantia real, os credores têm preferência em relação aos demais até o limite do valor do ativo dado em garantia. Não há grau

de subordinação entre os diversos credores quirografários, da mesma forma como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

Com relação às dívidas subordinadas, em 10 de julho de 2006 o Banco emitiu notas subordinadas no valor de US\$125,0 milhões, dos quais US\$50,0 milhões foram emitidos em 18 de julho de 2006 e US\$75,0 milhões em 16 de agosto de 2006, ambas as tranches com vencimento em 18 de julho de 2016. Em 23 de abril de 2010, o Banco realizou nova emissão de notas subordinadas, desta vez no valor de US\$500,0 milhões, com vencimento em 1º de março de 2020. Em julho de 2011, como parte das ações para redução dos custos de captação, a Companhia exerceu sua opção de resgatar antecipadamente e cancelar a totalidade da emissão de notas subordinadas com vencimento em 18 de julho de 2016, com valor total de principal de US\$125,0 milhões e cupom em dólares de 11,0% ao ano.

As captações efetuadas relativas à emissão de títulos classificados como “Dívida Subordinada”, no montante de R\$1.194,6 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$961,8 em 31 de dezembro de 2011, constituem capital de nível II para fins de cálculo do limite operacional de Basileia, conforme homologado pelo Bacen.

O quadro a seguir destaca as captações de dívida subordinada efetuadas pelo Banco:

<b>Valor Emitido em 31/dez/12</b>	<b>Valor Emitido em 31/dez/11</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>Taxa de Juros (%)</b>	<b>Data de Emissão</b>	<b>Data de Vencimento</b>
(em US\$ milhões)		(em R\$ milhões)				
<b>Dívida Subordinada</b>						
500,0	500,0	1.184,1	961,8	8,5% a.a	23/04/2010	01/03/2020
10,0	-	10,5	0,0	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	22/05/2012	22/05/2018
<b>Total de Dívida Subordinada</b>						
510,0	500,0	1.194,6	961,8			

*(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

As notas sênior emitidas no exterior, denominadas “Euro Medium-Term Notes”, cujo saldo atual é de US\$288,6 milhões, possuem cláusulas de vencimento antecipado, inclusive em razão de alienação do controle societário do Banco, caso os atuais controladores deixem de possuir e controlar, direta ou indiretamente, de forma individual ou combinada, ao menos 64% das ações ordinárias da Companhia.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não há limites de utilização de financiamentos já contratados.

*h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras*

*Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais: 31 de dezembro de 2012 comparado com 31 de dezembro de 2011*

(R\$ mil, exceto percentuais)	Dez/2012	% do Total	Dez/2011	% do Total	Variação (%)
<b>Ativo circulante e realizável a longo prazo</b>					
Disponibilidades	36.767	0,20	25.816	0,20	42,42
Aplicações interfinanceiras de liquidez	509.391	2,75	909.026	6,85	(43,96)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.	2.455.508	13,25	1.268.846	9,56	93,52
Relações interfinanceiras	27.794	0,15	10.931	0,08	154,27
Operações de crédito	9.927.396	53,58	6.478.511	48,82	53,24
Operações de arrendamento mercantil	274.034	1,48	600.155	4,52	(54,34)
Outros créditos	4.569.149	24,66	3.605.090	27,16	26,74
Outros valores e bens	420.495	2,27	346.917	2,61	21,21
<b>Total</b>	<b>18.220.534</b>	<b>98,34</b>	<b>13.245.292</b>	<b>99,80</b>	<b>37,56</b>
<b>Permanente</b>					
Investimentos	788	0,00	1.026	0,01	(23,20)
Imobilizado de uso	14.767	0,08	11.559	0,09	27,75
Intangível	292.760	1,58	13.684	0,10	2.039,43
<b>Total</b>	<b>308.315</b>	<b>1,66</b>	<b>26.269</b>	<b>0,20</b>	<b>1.073,68</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>18.528.849</b>	<b>100,00</b>	<b>13.271.561</b>	<b>100,00</b>	<b>39,61</b>

(R\$ mil, exceto percentuais)	Dez/2012	% do Total	Dez/2011	% do Total	Varição (%)
<b>Passivo circulante e exigível a longo prazo</b>					
Depósitos	6.614.128	35,70	5.221.516	39,34	26,67
Captações no mercado aberto	1.079.856	5,83	516.429	3,89	109,10
Recursos de aceite e emissão de títulos	3.564.758	19,24	1.229.951	9,27	189,83
Relações interfinanceiras	152.364	0,82	312.426	2,35	(51,23)
Relações interdependências	7.375	0,04	3.809	0,03	93,62
Obrigações por empréstimos	445.019	2,40	-	-	100,00
Instrumentos financeiros derivativos	7.519	0,04	21.889	0,17	(65,65)
Outras obrigações	4.166.951	22,49	4.737.882	35,70	(12,05)
<b>Total</b>	<b>16.037.970</b>	<b>86,56</b>	<b>12.043.902</b>	<b>90,75</b>	<b>33,16</b>
<b>Resultado de exercícios futuros</b>	<b>1.543</b>	<b>0,01</b>	<b>339</b>	<b>-</b>	<b>355,16</b>
<b>Participação de acionistas minoritários</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>(25,00)</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	2.867.020	15,47	1.108.091	8,35	158,74
Reservas de capital	-	-	172	-	(100,00)
Reservas de lucros	-	-	290.121	2,19	(100,00)
Ajustes de avaliação patrimonial	(978)	(0,01)	(34)	-	2.776,47
Prejuízos acumulados	(376.730)	(2,03)	(171.062)	(1,29)	100,00
<b>Total</b>	<b>2.489.312</b>	<b>13,43</b>	<b>1.227.288</b>	<b>9,25</b>	<b>102,83</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>18.528.849</b>	<b>100,00</b>	<b>13.271.561</b>	<b>100,00</b>	<b>39,61</b>

**Ativo circulante e realizável a longo prazo**

**Aplicações interfinanceiras de liquidez**

O saldo da conta de aplicações interfinanceiras de liquidez caiu 44,0%, ou R\$399,6 milhões, passando de R\$909,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$509,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, devido principalmente a redução das aplicações em operações

compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, no montante de R\$304,6 milhões, e à redução das aplicações em depósitos interfinanceiros, no montante de R\$95,0 milhões.

#### **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

O saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos aumentou em 93,5%, ou R\$1.186,7 milhões, passando de R\$1.268,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$2.455,5 milhões em dezembro de 2012, devido principalmente ao aumento das aplicações em carteira própria, no montante de R\$578,2 milhões, ao aumento das aplicações em títulos vinculados a compromissos de recompra, no montante de R\$392,9 milhões, e ao aumento das posições em instrumentos financeiros derivativos, realizadas através de operações de *swap*, no montante de R\$77,7 milhões.

#### **Relações interfinanceiras**

O saldo da conta de relações interfinanceiras aumentou em 154,3%, ou R\$16,9 milhões, passando de R\$10,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$27,8 milhões em dezembro de 2012, devido, principalmente, ao aumento do volume de recursos de recebimentos de cobrança realizada por bancos conveniados.

#### **Operações de crédito**

O saldo da conta de operações de crédito aumentou em 53,2%, ou R\$3.448,9 milhões, passando de R\$6.478,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$9.927,4 milhões em dezembro de 2012, devido principalmente a: (i) aquisição do grupo Ourinvest Holdings no qual consolidamos a carteira de crédito imobiliário no montante de R\$1.281,4 milhões; (ii) maior originação de financiamentos de Veículos, empréstimos consignados e crédito imobiliário, e (iii) mitigado pelas cessões de direitos creditórios, sem coobrigação, efetuadas no exercício de 2012.

#### **Operações de arrendamento mercantil**

O saldo da conta de operações de arrendamento mercantil caiu 54,3%, ou R\$326,1 milhões, passando de R\$600,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$274,0 milhões em dezembro de 2012, devido, principalmente, à queda da demanda no mercado de *leasing* como um todo, aliada ao maior rigor na concessão de créditos sob a nova administração, que fez com que a produção de novas operações diminuísse.

#### **Outros Créditos**

O saldo da conta de outros créditos aumentou 26,7%, ou R\$964,1 milhões, passando de R\$3.605,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$4.569,1 milhões em dezembro de 2012, devido principalmente ao aumento dos créditos tributários, no montante de R\$468,5 milhões.

#### **Outros valores e bens**

O saldo da conta de outros valores e bens aumentou 21,2%, ou R\$73,6 milhões, passando de R\$346,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$420,5 milhões em dezembro de 2012, devido principalmente ao aumento das comissões antecipadas pagas a lojistas e promotoras, no montante de R\$67,1 milhões.

**Permanente**

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (Investimentos, Imobilizado e Intangível) apresentaram um aumento de 1.073,7%, ou R\$282,0 milhões, passando de R\$26,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$308,3 milhões em dezembro de 2012, basicamente ao ágio apurado na compra da Ourinvest Holding no montante de R\$240,1 milhões líquido de amortizações do período.

**Passivo circulante e exigível a longo prazo****Depósitos**

O saldo da conta de depósitos aumentou 26,7%, ou R\$1.392,6 milhões, passando de R\$5.221,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$6.614,1 milhões em dezembro de 2012, devido principalmente ao aumento do volume das captações de recursos através de depósitos interfinanceiros, no montante de R\$1.429,3 milhões, mitigada pela redução nas captações através de depósitos a prazo, no montante de R\$41,1 milhões.

**Captações no mercado aberto**

O saldo da conta de captações no mercado aberto aumentou 109,1%, ou R\$563,4 milhões, passando de R\$516,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$1.079,9 milhões em dezembro de 2012, devido principalmente ao aumento no volume das captações com lastro em títulos públicos de nossa carteira própria.

**Recursos de aceite e emissão de títulos**

O saldo da conta de recursos de aceite e emissão de títulos apresentou aumento de 189,8%, ou R\$2.334,8 milhões, passando de R\$1.230,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$3.564,8 milhões em dezembro de 2012, devido basicamente (i) com a aquisição da Ourinvest consolidamos o valor da Letras de Crédito Imobiliário no montante de R\$1.225,7 milhões; (ii) aumento de emissão de Letra Financeiras no montante de R\$1.225,6 milhões ante R\$237,9 em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 419,1% ou R\$987,7 milhões; (iii) aumento na emissão de Letras de Crédito do Agronegócio no montante de R\$298,8 milhões; (iv) mitigado pelo vencimento das notas sênior emitida em 26 de outubro de 2009 e vencida em 26 de outubro de 2012, cujo o saldo devedor de principal em aberto era de US\$ 199,1 milhões.

**Relações interfinanceiras**

O saldo da conta de relações interfinanceiras reduziu 51,2%, ou R\$160,1 milhões, passando de R\$312,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$152,4 milhões em dezembro de 2012, devido, basicamente, ao pagamento aos cessionários dos passivos relacionados a parcelas de contratos cedidos recebidos antecipadamente pelo Banco e a bens retomados, também relacionados a operações de cessão de crédito.

**Instrumentos financeiros derivativos**

O saldo passivo da conta de Instrumentos financeiros derivativos caiu 65,7%, ou R\$14,4 milhões, passando de R\$21,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$7,5 milhões em dezembro de 2012, basicamente, à redução do diferencial a pagar sobre as operações de *hedge* (através de

swaps) de nossas captações de títulos no exterior, em razão da depreciação do real frente ao dólar em 2012.

### Outras obrigações

O saldo da conta de outras obrigações reduziu 12,1%, ou R\$570,9 milhões, passando de R\$4.737,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$4.167,0 milhões em dezembro de 2012, foi mitigado pela redução: (i) das obrigações pela venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil; e (ii) redução das captações de recursos através de FIDC.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 102,8%, ou R\$1.262,0 milhões, passando de R\$1.227,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$2.489,3 milhões em dezembro de 2012, a variação deve-se basicamente, ao aumento de capital no montante de R\$1.758,9, mitigado pelo prejuízo apurado no exercício no montante de R\$496,0 milhões.

#### *Análise e Discussão das Demonstrações de Resultados: 31 de dezembro de 2012*

	Em 31 de dezembro de 2012	Em 31 de dezembro de 2011	Variação (%)	Variação (R\$ mil)
	(R\$ mil)	(R\$ mil)		
Rendas de operações de crédito	2.821.923	2.662.233	6,00	159.690
Resultado de operações de arrendamento mercantil	107.777	198.141	(45,61)	(90.364)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	297.040	248.542	19,51	48.498
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	321.778	149.056	115,88	172.722
Resultado de operação de câmbio	60.580	3.823	1.484,62	56.757
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>3.609.098</b>	<b>3.261.795</b>	<b>10,65</b>	<b>347.303</b>
Operações de captação no mercado	(1.362.159)	(1.219.503)	11,70	(142.656)
Operações de empréstimos e repasses	(26.182)	(44)	59.404,55	(26.138)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.548.909)	(1.256.127)	23,31	(292.782)
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<b>(2.937.250)</b>	<b>(2.475.674)</b>	<b>18,64</b>	<b>(461.576)</b>
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>	<b>671.848</b>	<b>786.121</b>	<b>(14,54)</b>	<b>(114.273)</b>
Receita de prestação de serviços	315.455	333.326	(5,36)	(17.871)
Receita de prêmios ganhos de seguros	92.546	123.359	(24,98)	(30.813)
Despesas de sinistros retidos	(31.695)	(61.019)	(48,06)	29.324
Despesas de pessoal	(291.133)	(106.099)	174,40	(185.034)
Outras despesas administrativas	(1.104.852)	(1.339.649)	(17,53)	234.797
Despesas tributárias	(139.265)	(149.109)	(6,60)	9.844
Outras receitas operacionais	213.106	268.526	(20,64)	(55.420)
Outras despesas operacionais	(485.818)	(363.355)	33,70	(122.463)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(1.431.656)</b>	<b>(1.294.020)</b>	<b>10,64</b>	<b>(137.636)</b>

<b>Resultado operacional</b>	<b>(759.808)</b>	<b>(507.899)</b>	<b>49,60</b>	<b>(251.909)</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(106.822)</b>	<b>(87.785)</b>	<b>21,69</b>	<b>(19.037)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>(866.630)</b>	<b>(595.684)</b>	<b>45,48</b>	<b>(270.946)</b>
Provisão para imposto de renda	(58.444)	(39.914)	46,42	(18.530)
Provisão para contribuição social	(43.185)	(15.546)	177,79	(27.639)
Ativo fiscal diferido	472.288	718.190	(34,24)	(245.902)
<b>Provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>370.659</b>	<b>662.730</b>	<b>(44,07)</b>	<b>(292.071)</b>
<b>Participação de acionistas minoritários</b>	<b>10</b>	<b>(3)</b>	<b>(433,33)</b>	<b>13</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(495.961)</b>	<b>67.043</b>	<b>(839,77)</b>	<b>(563.004)</b>

#### ***Receitas de intermediação financeira***

As receitas de intermediação financeira foram de R\$3.609,1 milhões no exercício de 2012 contra R\$3.261,8 milhões em 2011, com aumento de 10,6% ou R\$347,3 milhões, e são formadas, basicamente, pelo resultado de operações de crédito, que representou 78,2% de tais receitas, pelo resultado de operações de arrendamento mercantil, equivalente a 3,0%, pelo resultado de operações com títulos e valores mobiliários, equivalente a 8,2%, e pelo resultado com instrumentos financeiros derivativos, de 8,9% das receitas de intermediação financeira.

#### ***Despesas de intermediação financeira***

As despesas de intermediação financeira foram de R\$2.937,3 milhões no exercício de 2012 contra R\$2.475,7 milhões em 2011, com aumento de 18,6% ou R\$461,6 milhões, e são compostas pelas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que responderam por 52,7% das despesas de intermediação financeira, e pelas despesas com operações de captação no mercado, que foram responsáveis pelos outros 46,4%.

#### ***Resultado bruto de intermediação financeira***

O resultado bruto de intermediação financeira foi de R\$671,8 milhões no exercício de 2012 contra R\$786,1 milhões em 2011, com diminuição de 14,5% ou R\$114,3 milhões.

#### ***Outras receitas/despesas operacionais***

O resultado de outras receitas/despesas foi de uma despesa de R\$1.437,7 milhões no exercício de 2012 contra R\$1.294,0 milhões em 2011, com aumento de 10,6% ou R\$137,6 milhões, que corresponde basicamente, ao aumento de despesas de cessão de operações de crédito no montante de R\$77,4 milhões e a redução de atualização monetária de cessões de crédito a receber no montante de R\$60,2 milhões.

#### ***Resultado operacional***

O resultado operacional foi de -R\$759,8 milhões no exercício de 2012 contra -R\$507,9 milhões em 2011.

**Resultado não operacional**

O resultado não operacional totalizou em -R\$106,8 milhões no exercício de 2012 contra o total de -R\$87,8 milhões em 2011, com aumento do prejuízo em 21,7% ou R\$19,0 milhões, que refere-se basicamente ao resultado de alienação de outros valores e bens.

**Provisão para imposto de renda e contribuição social**

As provisões para imposto de renda e contribuição social corresponderam a R\$370,7 milhões no exercício de 2012 contra R\$662,7 milhões em 2011, com diminuição de 44,1% ou R\$292,1 milhões, devidas basicamente à constituição de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

**Prejuízo do exercício**

O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$496,0 milhões contra um lucro líquido de R\$67,0 milhões de 31 de dezembro de 2011.

**10.2 Resultado operacional e financeiro****a. Resultados das operações da Companhia, em especial:****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Os principais componentes da receita da Companhia incluem: receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil, ganhos em cessões de crédito a outras instituições financeiras, receitas de prestação de serviços, receitas com prêmios de seguros e receitas de valores mobiliários e operações com derivativos.

**(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Vide item 10.1 ( a ) acima.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Vide item 10.1 ( a ) acima.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.****Inflação**

O lucro líquido da Companhia pode ser prejudicado pela alta dos índices inflacionários no Brasil, que em geral elevam os custos e reduzem as margens operacionais, caso a alta da inflação não seja acompanhada de concomitante alta das taxas e *spreads* de juros. Ademais, a inflação pode também contribuir para – ou ser acompanhada de – um aumento da volatilidade do mercado em decorrência de incertezas econômicas, quedas nos gastos da população, menor crescimento da renda real e redução da confiança do consumidor.

### ***Taxas de Juros***

As flutuações das taxas de juros brasileiras afetam significativamente os resultados operacionais da Companhia. A elevação das taxas de juros pode afetar positivamente a receita da Companhia, uma vez que as taxas de juros relativas aos seus ativos que rendem juros e a remuneração das suas operações de crédito também se elevam. Por outro lado, as despesas de juros da Companhia podem também aumentar, caso as taxas de juros referentes aos seus passivos que pagam juros, inclusive as operações de captação, também aumentem. Em geral, aumentos nas taxas de juros permitem elevar as receitas da Companhia com operações de crédito em função de *spreads* maiores (maior diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação da Companhia). No entanto, aumentos das taxas de juros podem também afetar negativamente os resultados operacionais e carteiras de crédito da Companhia, em vista da redução da demanda por crédito e do aumento do risco de inadimplência por parte dos clientes.

Por outro lado, quedas das taxas de juros são capazes de reduzir as receitas provenientes de operações de crédito devido a *spreads* menores (menor diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação). Assim, uma queda na taxa de juros pode levar a uma redução das receitas e a uma consequente piora dos resultados da Companhia. Essa queda de receita poderá, eventualmente, ser compensada por um crescimento do volume de crédito, em decorrência de uma maior demanda por créditos, desde que a Companhia tenha condições de conceder crédito para atender a tal demanda sem que os níveis de inadimplência das operações aumentem de forma significativa, bem como pela própria redução do risco de inadimplência dos clientes em função de taxas de juros mais baixas.

### **10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### ***a. Introdução ou alienação de segmento operacional***

Não introduzimos novos segmentos operacionais.

#### ***b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

##### **Aquisição de ações da Companhia pela Caixa Participações S.A. ("Caixapar")**

Em 01 de dezembro de 2009, foi celebrado entre a SSP e a Caixapar, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal S.A., o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças do Banco Panamericano S.A., nos termos do qual a Caixapar, após a aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil, adquiriria 64.621.700 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade da Silvio Santos Participações Ltda., pelo preço de R\$8,27 por ação, perfazendo-se o montante de R\$739,3 milhões.

Em julho de 2010, o Banco Central do Brasil aprovou a operação, e, em 26 de julho de 2010, foi realizada a transferência das ações de emissão da Companhia, conforme descrita no parágrafo anterior.

### **Aquisição de ações da Companhia pelo BTG Pactual**

Em 31 de janeiro de 2011 foi celebrado um contrato de compra e venda de ações e outras avenças, por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se, observadas determinadas condições precedentes usuais em operações do gênero, a adquirir a totalidade das ações de titularidade da SSP e BF (“Vendedoras”), correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do Banco Panamericano e de titularidade das Vendedoras, pelo preço de R\$450,0 milhões corrigidos, a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, valor este que poderá ser pago a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, ficando limitado à importância máxima de R\$3.800,0 milhões.

Nesta mesma data, o BTG Pactual e a Caixapar celebraram novo Acordo de Acionistas do Banco Panamericano com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual e, na qualidade de intervenientes anuentes, o Banco Panamericano S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A, a Panamericana de Seguros S.A e a Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. Este novo acordo mantém substancialmente as mesmas condições do acordo anterior, tendo entrado em vigor em 27 de maio de 2011, com a conclusão da transferência das ações da SSP e BF para o BTG Pactual.

A Diretoria Colegiada do Bacen, em sessão de 30 de março de 2011, manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle da Companhia, com a entrada do BTG Pactual em lugar da SSP e da BF.

Em 27 de maio de 2011, conforme Fato Relevante então divulgado, o BTG Pactual concluiu a aquisição da totalidade das ações da Companhia de titularidade da SSP e da BF.

### **Realização de Oferta Pública de Ações (“OPA”) por conta da mudança no controle acionário**

Em razão da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Panamericano e em atendimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358/02, o BTG Pactual realizou uma Oferta Pública de Ações aos acionistas minoritários, na qual foram asseguradas as mesmas condições acordadas para a compra das ações do antigo acionista controlador. Assim, em 16 de setembro de 2011, o Panamericano comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações Preferenciais da Companhia, por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No leilão da OPA, o BTG Pactual adquiriu 4.552 ações preferenciais do Panamericano, que representam 0,004% das ações dessa espécie, sendo que acionistas titulares de 656 ações preferenciais da Companhia optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção à Vista, conforme definida no Edital da OPA, e os demais, titulares de 3.896 ações preferenciais da Companhia, optaram por alienar as suas ações mediante o recebimento da Opção a Prazo, conforme também definida no Edital.

Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o BTG Pactual passou a ser titular de 24.716.838 ações preferenciais da Companhia, equivalentes a 37,6% do capital social do Panamericano.

**Celebração de Memorando de Entendimentos Não Vinculante para aquisição indireta da Brazilian Finance & Real Estate S.A.**

Em 28 de dezembro de 2011, a Companhia firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Ourinvest Real Estate Holding S.A. (“Ourinvest”), os acionistas da Ourinvest (“Acionistas Ourinvest”), a TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), a Coyote Trail LLC (“Coyote”), o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) e a Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), visando à assinatura de contratos definitivos para regular a aquisição indireta, pela Companhia ou qualquer de suas afiliadas, de 100% do capital social da BFRE (“Aquisição”).

A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. A Aquisição adicionará à Companhia uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garantirá a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos pontos de venda da BM Sua Casa.

Como passo preparatório para a Aquisição, a BFRE será reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários (“Brazilian Capital”) - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação (“Ativos de Gestão”) --, dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não serão igualmente objeto da Aquisição pela Companhia: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários atualmente desenvolvidas pela Brazilian Mortgages (“Atividades de Administração”); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas (“Ativos Proprietários”).

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Panamericano, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiriam capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, serão objeto da Aquisição apenas os ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) (“Ativos de Originação, Financiamento e Securitização”).

O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Originação,

Financiamento e Securitização, é de R\$940,4 milhões (“Valor de Aquisição”). O Valor de Aquisição representa um ágio de R\$140,4 milhões sobre o Patrimônio Líquido estimado da BFRE ao final do exercício social de 2011, de R\$800,0 milhões. Portanto, o múltiplo implícito da Aquisição é de 1,175x (P/PL 2011E), sem considerar o benefício do ágio da transação, e de aproximadamente 1,13x (P/PL 2011E) considerando o valor presente do benefício do ágio da Aquisição.

Uma vez implementada a reorganização societária da BFRE acima mencionada e simultaneamente à Aquisição, o BTG Pactual adquirirá os Ativos de Gestão e as Atividades de Administração pelo valor global de R\$275,0 milhões. No contexto da operação, o BTG Pactual também adquirirá da BFRE a totalidade dos Ativos Proprietários. É condição de negócio para os vendedores que tanto os Ativos de Originação, Financiamento e Securitização quanto os Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários sejam alienados.

A TPG-Axon, a seu critério exclusivo, poderá utilizar até R\$182,1 milhões dos valores que vier a receber em contrapartida à alienação de suas ações na BFRE para subscrever e integralizar ações preferenciais de emissão da Companhia. Nesse caso, o BTG Pactual cederá gratuitamente à TPG-Axon seu direito de preferência à subscrição de tantas ações preferenciais quantas forem necessárias para perfazer o investimento no referido aumento de capital, limitado a 100% do seu direito de preferência à subscrição de ações preferenciais.

No dia 31 de janeiro de 2012 foram celebrados com a TPG-Axon BFRE Holding LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE.

#### **Aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”)**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), conforme os Fatos Relevantes divulgados em 28 de dezembro de 2011 e 1º de fevereiro de 2012. Em seguida, em 30 de abril de 2012, o Panamericano foi comunicado sobre o exercício, no âmbito do Aumento de Capital, pelo TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), dos direitos de preferência à subscrição a ele cedidos pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), no total de 30.095.978 ações preferenciais de emissão do Panamericano, correspondentes a 12,4% do total de ações preferenciais e 5,6% do total de ações emitidas pela Companhia, após o Aumento de Capital.

Em 11 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil (“Bacen”) aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgage Companhia Hipotecária para o Panamericano.

Com isso, em 19 de julho de 2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE, por meio da qual foi cindido o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos (“Brazilian Capital”). Adicionalmente, também em 19 de julho de 2012 e após a cisão descrita acima, foi concluída a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM

Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities. Desta forma, a partir daquela data, os saldos das operações da BFRE passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras do Panamericano.

### **Proposta de Aumento de Capital**

Em 28 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia deliberou convocar seus acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 18 de janeiro de 2012, para deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$1.800,0 milhões, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção de ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

O aumento de capital tem como objetivo (i) viabilizar o crescimento das atividades da Companhia de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pela Companhia; e (iii) possibilitar a realização, pela Companhia, de novos investimentos e aquisições, inclusive com relação à Aquisição da BFRE, conforme descrita acima.

Nos termos da proposta da administração, (i) o preço de emissão das ações será de R\$6,05 por ação ordinária ou preferencial, sendo certo que o referido preço de emissão foi fixado nos termos do artigo 170, §1o, inciso III, da Lei 6.404/76, levando-se em consideração a cotação média das ações preferenciais de emissão da Companhia nos últimos 180 (cento e oitenta) pregões na BM&FBOVESPA, compreendendo o período de 11 de abril de 2011, inclusive, a 27 de dezembro de 2011, inclusive, sem ágio ou deságio; (ii) os acionistas poderão exercer o direito de preferência à subscrição, na proporção da posição acionária que cada um detiver na data da Assembleia (18 de janeiro de 2012), no período mínimo de 30 dias contados da data de publicação do Aviso aos Acionistas referido abaixo, podendo este prazo ser mais longo, conforme deliberado na Assembleia do dia 18 de janeiro de 2012; (iii) a partir de 19 de janeiro de 2012, inclusive, as ações de emissão da Companhia serão negociadas ex-direitos de subscrição, sendo permitida, portanto, a negociação de tais direitos; (iv) a integralização das ações subscritas será feita à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição; e (v) após o término do prazo para exercício do direito de preferência, a Companhia poderá promover um ou mais rateios de eventuais sobras (ou sobras de sobras) mediante avisos aos acionistas.

Em 18 de janeiro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a proposta da administração, nos termos descritos acima. Assim, na mesma data, a Companhia divulgou ao mercado um Aviso aos Acionistas contendo todos os termos e condições do aumento de capital, conforme deliberados na Assembleia Geral Extraordinária, contendo também as instruções para participação dos acionistas da Companhia no referido aumento e exercício da preferência na subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a homologação do Aumento de Capital, com a subscrição de

160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$1.758.929.416,75.

**c. *Eventos ou operações não usuais***

Não houve.

**10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

**a. *Mudanças significativas nas práticas contábeis***

**1) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros**

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do exercício, pelo prazo remanescente da operação.

**b. *Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis***

Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios os efeitos significativos são:

- O ativo não pode ser baixado;
- Os valores recebidos na operação têm contrapartida de passivo, e passam a apropriar despesas de captação de forma pro-rata; e

- As receitas passam a ser apropriadas pro-rata.

Desta forma foi uniformizado o tratamento contábil no Brasil alinhado com as normas internacionais das IFRS.

**c. *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor***

Não aplicável

**Ênfase**

**Limites Operacionais Regulatórios**

Consoante apresentado na nota 33, os limites operacionais regulatórios na data-base de 31 de dezembro de 2011 encontravam-se desenquadrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. Dentre as medidas adotadas no exercício de 2012 para o referido enquadramento do Banco aos limites regulatórios foi efetuado aumento de capital no valor de R\$ 1.759 milhões.

**Créditos tributários diferidos**

Conforme descrito na nota 35, existem em 31 de dezembro de 2012 créditos tributários ativos, no valor de R\$ 3.014 milhões, reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos para 31 de dezembro de 2012 e aprovados pelo Conselho de Administração, que incluem estudo da conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas nas referidas projeções. A realização desses créditos tributários registrados contabilmente depende da materialização dessas projeções e plano de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

**10.5 Políticas contábeis críticas**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

***Contabilização de Cessões de Crédito, excetuadas as cessões de créditos para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs***

Com o objetivo de incrementar nossa liquidez e como parte de nossa estratégia de captação de recursos, cedemos, periodicamente, para FIDCs e instituições financeiras, créditos de nossa carteira com e sem coobrigação, em contrapartida a pagamentos em dinheiro.

Na data da cessão de crédito, retiramos de nosso balanço o valor do crédito cedido, com base em seu valor contábil, e registramos o pagamento em dinheiro recebido do cessionário. O valor do pagamento pela cessão equivale ao valor presente dos créditos cedidos, o qual é calculado mediante aplicação de taxa de desconto, definida entre nós e o cessionário, sobre o valor de face dos créditos cedidos. A diferença entre o pagamento em dinheiro recebido do cessionário e o valor contábil dos créditos cedidos é registrada como ganho sob a rubrica “Receitas da intermediação financeira – operações de crédito”.

Ao realizarmos cessões de crédito com coobrigação, permanecemos expostos ao risco de crédito relativo aos créditos cedidos, uma vez que neste tipo de cessão, em casos de inadimplência na carteira de crédito, temos a obrigação de pagar ao cessionário. Os pagamentos dos créditos são

estruturados de modo que cada parcela do contrato inclua o valor do principal e dos juros devidos. Em caso de inadimplemento de qualquer parcela, devemos recomprar somente a parcela de principal e juros então devida e inadimplida, ao invés da totalidade do crédito, e registramos tal parcela inadimplida em nosso balanço patrimonial como um crédito, a ser recuperado junto ao devedor inadimplente.

De acordo com a regulamentação do Banco Central, os créditos que tenham sido cedidos com coobrigação são escriturados em contas de compensação (contas não patrimoniais), para fins de classificação de risco de crédito. Nós aplicamos as regras de provisionamento com relação a esses créditos e, portanto, nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada como se nossa carteira de créditos cedidos com coobrigação, contabilizada em contas de compensação (contas não patrimoniais), fosse registrada no nosso balanço patrimonial.

De acordo com a Instrução CVM 408 e o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 1, de 14 de fevereiro de 2007, nossas demonstrações financeiras devem ser consolidadas com os FIDCs (que são considerados pela CVM como Entidades de Propósito Específico – EPEs). Os critérios identificadores da necessidade de consolidação dos FIDCs nas demonstrações financeiras são os seguintes: (i) existência de controle pela Companhia sobre os direitos creditórios cedidos; (ii) retenção, pela Companhia, de direitos em relação aos direitos cedidos; (iii) retenção de riscos e responsabilidades sobre os direitos cedidos; e (iv) fornecimento, na essência ou habitualidade, de garantias aos investidores em relação aos rendimentos e recebimentos esperados. Em razão do exposto em tais normas, os FIDCs devem ser apresentados e consolidados nas demonstrações financeiras consolidadas pela Companhia. No processo de consolidação dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas pela Companhia, as operações de crédito cedidas são tratadas, à luz da essência dessas operações, como se estivessem na carteira de crédito da Companhia. Nesse sentido, foram adotados os seguintes critérios de consolidação para melhor apresentação das carteiras de operações de crédito e captações:

- Os saldos dos direitos creditórios contabilizados nos FIDCs foram consolidados, passando a ser avaliados de acordo com os prazos e taxas de juros das operações de financiamentos e empréstimos inicialmente contratadas (condições originais dos contratos), registrados na rubrica de “Operações de crédito”;
- As cotas seniores e parcela das cotas subordinadas colocadas junto a terceiros foram classificadas no passivo, como captações efetuadas, e foram classificadas e avaliadas com base nos prazos de amortização e taxas de remuneração atribuídas a essas cotas, registradas na rubrica de “Outras obrigações – Diversas”;
- Os resultados não realizados relativos às cessões de créditos aos FIDCs, contabilizados na rubrica de “Receitas de operações de créditos” pela Companhia, foram eliminados no consolidado (lucro não realizado na operação);
- As despesas com comissões apropriadas ao resultado da Companhia na data da realização das cessões de crédito foram estornadas e transferidas para o ativo consolidado, para serem apropriadas no prazo dos respectivos contratos de empréstimos;
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa dos referidos direitos creditórios foi reavaliada e complementada, quando necessário, de acordo com os critérios de provisionamento seguidos pela Companhia;

- Sobre os ajustes de diferenças temporárias de consolidação, foram contabilizados imposto de renda e contribuição social; e
- As outras contas patrimoniais dos FIDCs foram consolidadas de acordo com a natureza da conta e prática contábil em questão.

Assim, no processo de consolidação dos FIDCs, o saldo de recebíveis volta a ser apresentado no grupo de operações de crédito e o montante do patrimônio dos FIDCs é refletido como captação nas demonstrações consolidadas da Companhia, eliminando-se, assim, o eventual saldo das quotas subordinadas e lucros não realizados detidos pela Companhia.

#### ***Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil e Provisão para Créditos e Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa***

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

O resultado apurado nas cessões de operações de crédito sem coobrigação é registrado no resultado do período, na data de realização destas operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com co-obrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

#### **Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:**

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação; e

- Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do exercício, pelo prazo remanescente da operação.

#### ***Classificação de Títulos e Valores Mobiliários***

De acordo com a Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central e Circular SUSEP nº 379/08, os títulos e valores mobiliários de nossa carteira são registrados da seguinte maneira:

- Títulos para negociação. Os títulos e valores mobiliários que adquirimos com o propósito de ser ativa e freqüentemente negociados, ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda. Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos

efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do exercício, quando efetivamente realizados; e

- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

#### ***Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros***

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as regras contábeis para instituições financeiras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central (“Práticas Contábeis Adotadas no Brasil”), registramos alguns de nossos ativos, tais como títulos e valores mobiliários e derivativos, pelo seu valor de mercado.

O valor de mercado é definido como o valor pelo qual uma posição poderia ser fechada ou vendida em uma operação realizada com uma contraparte propensa e ciente. O valor de mercado da maioria dos títulos e valores mobiliários mantidos por nós é determinado com base no valor das operações realizadas em determinado dia ou no dia útil anterior à data em que a operação for avaliada. Quando as informações sobre tais operações não estiverem disponíveis, determinamos o valor de mercado com base em fontes diversas. No caso de títulos públicos, o valor de mercado é baseado nos resultados de pesquisa compilada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As quotas de fundos de investimento (incluindo Fidas) são referenciadas ao preço divulgado pelo administrador do fundo, quando aplicável.

#### ***Instrumentos Financeiros Derivativos***

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros e de “swap”. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.

As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que prevêm a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BMF&BOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa; e
- Swap: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foram utilizados o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA;

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” em contas de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “hedge” de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de “hedge” têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

#### ***Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias)***

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

#### ***Benefício Residual em Operações Securitizadas***

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514, de 20/11/1997, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

#### ***Apuração do Resultado***

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro-rata” dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos, e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionados às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

#### ***Passivos Denominados em Moeda Estrangeira***

Os saldos de nossos passivos das captações no exterior, assim como os demais passivos em moeda estrangeira, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, divulgada pelo BACEN.

As variações de taxas de câmbio relacionadas com títulos denominados ou indexados a moedas estrangeiras e as operações de câmbio, se forem itens do passivo nos dois casos, são lançados como despesas da intermediação financeira se a variação for negativa, e como outras receitas operacionais se a variação for positiva.

#### **Uso de estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

### **10.6 Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Administração, ciente da importância da manutenção de adequados padrões de governança, gerenciamento e controle, envida contínuos esforços para seu aperfeiçoamento, estabelecendo diretrizes alinhadas às demandas regulatórias e às boas práticas de mercado e aprimorando os processos vigentes a essas diretrizes.

Neste sentido, a Diretoria de Controladoria e Compliance promoveu alterações e implementações no Sistema de Controles Internos buscando obter razoável segurança e confiabilidade nos registros contábeis e gerenciais do Banco e das empresas ligadas e, ao mesmo tempo, uma revisão e adequação da estrutura, processos e contratos vigentes, resultando na melhoria dos padrões de gestão e no ganho de eficiência.

Decorrente da aquisição da Brazilian Finance & Real Estate S.A. e suas controladas pelo Panamericano, no 2º. Semestre de 2012 houve a integração das equipes, sinergia e adequação da estrutura, dos processos e dos controles internos relacionados às Demonstrações Contábeis de forma a padronizar a sua elaboração e manter adequado grau de confiança.

A estrutura de governança, totalmente reformulada, possibilitou maior transparência dos atos de gestão e mensuração do impacto desses atos no resultado da Companhia. O ambiente de controle foi aperfeiçoado a partir da revisão de processos e de toda a estrutura de políticas e comitês corporativos e a Diretoria tem envidado esforços, principalmente relacionados a investimentos em automação de processos e estabelecimento de controles-chaves, com a intenção de contínuo aprimoramento da qualidade dos controles internos.

Ainda com relação aos preceitos de Governança Corporativa, a Companhia possui a área de Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, que possui atuação independente e desenvolve suas atividades alinhadas às boas práticas e procedimentos recomendados pelo Instituto Internacional de Auditores Internos – IIAI e com base em planejamento anual, devidamente aprovado pelo Comitê de Auditoria. O foco de seus trabalhos consiste na avaliação dos processos, procedimentos e sistemas, reestruturação da área e contratação de profissionais experientes.

Fundamentando-se nos relatos da Auditoria Interna, do Comitê de Auditoria e nos reportes gerenciais da Diretoria, a Administração considera que os controles internos relacionados às Demonstrações Contábeis da Companhia para 31 de dezembro de 2012 são efetivos e adequados, de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework.

Adicionalmente, cabe ressaltar que o controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer segurança em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Todavia, devido às limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros em sua totalidade. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas

fornecer razoável conforto a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, bem como, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados, em função de mudanças nas condições ou deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

***b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente***

A Companhia recebeu e está analisando as informações de deficiências e recomendações sobre os controles internos, reportados no relatório do auditor independente, para apresentar a solução.

Com base nas informações recebidas e no processo de gestão de follow-up dos apontamentos anteriores, a Diretoria entende que as observações registradas pela Auditoria Independente não possuem grau de risco relevante, capaz de afetar o controle das operações, assim como a qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras.

Cabe destacar que os apontamentos e planos de ação, registrados nos relatórios expedidos pela Auditoria Independente, são monitorados pela Diretoria de Controladoria e Compliance, através da Gerência CICRO – Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais - com promoções periódicas de reuniões com os gestores responsáveis, visando ratificar a regularização da deficiência e/ou cobrar o cumprimento dos prazos pelos respectivos responsáveis da implementação das soluções propostas.

**10.7 Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

***a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***

Não aplicável

***b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no prospecto da respectiva distribuição***

Não aplicável.

***c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios***

Não aplicável.

**10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

***a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

*i - arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*

*ii - carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

*iii - contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

*iv - contratos de construção não terminada*

*v - contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial, exceto pelos créditos cedidos com coobrigação para instituições financeiras anteriores a Resolução CMN nº 3.533/08. Em 31 de dezembro de 2012, nosso saldo de créditos cedidos com coobrigação totalizava R\$ 1.157,8 milhões.

***b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **10.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

***a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia***

Na eventual recompra dos créditos cedidos com coobrigação anteriores a Resolução CMN nº 3.533/08, pode ocorrer uma despesa, dependendo da taxa a ser negociada no momento da recompra.

***b. natureza e o propósito da operação***

Com o objetivo de incrementar nossa liquidez e como parte da nossa estratégia de captação de recursos, cedemos, periodicamente, para FIDCs e instituições financeiras, créditos de nossa carteira com e sem co-obrigação, em contrapartida a pagamentos em dinheiro.

Na data da cessão de crédito sem coobrigação, retiramos de nosso balanço o valor do crédito cedido, com base em seu valor contábil, e registramos o pagamento em dinheiro recebido do cessionário. O valor do pagamento pela cessão equivale ao valor presente dos créditos cedidos, o qual é calculado mediante aplicação de taxa de desconto, definida entre o cedente e o cessionário, sob o valor de face dos créditos cedidos. A diferença entre o pagamento em dinheiro recebido do cessionário e o valor contábil dos créditos cedidos é registrada como ganho sob a rubrica “Receitas da intermediação financeira – operações de crédito”.

As cessões de crédito com coobrigação anteriores a entrada em vigor da resolução CMN nº 3.533/08 aprovada pelo BACEN e CMN, permanece exposta ao risco de crédito relativo aos créditos cedidos, como se continuássemos sendo os titulares desses créditos. Os pagamentos dos créditos são estruturados de modo que cada parcela do contrato inclua o valor do principal e dos juros devidos. Em caso de inadimplemento de qualquer parcela, devemos recomprar somente a parcela de principal e juros então devida e inadimplida, ao invés da totalidade do crédito, e registramos tal parcela inadimplida em nosso balanço patrimonial como um crédito. Após a resolução CMN nº 3.533/08 a carteira cedida com coobrigação não é mais baixada do ativo da empresa cedente, no qual permanece exposta ao risco de crédito mencionado acima.

De acordo com a regulamentação do Banco Central, os créditos que tenham sido cedidos com coobrigação são escriturados em contas de compensação (contas não patrimoniais), para fins de classificação de risco de crédito. Nós aplicamos as regras de provisionamento com relação a esses créditos e, portanto, nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada como se nossa carteira de créditos cedidos com coobrigação, contabilizada em contas de compensação (contas não patrimoniais), fosse registrada no nosso balanço patrimonial.

***c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação***

As responsabilidades por co-obrigações referentes a créditos cedidos com coobrigação anteriores a Resolução CMN nº 3.533/08 totalizam R\$1.157,8 milhões em 31 de dezembro de 2012.

## **10.10 Plano de Negócios - Controladoria**

***a. Investimentos***

*(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

Não há investimento em andamento ou previstos.

*(ii) fontes de financiamento dos investimentos*

Não aplicável.

*(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.*

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

***b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia***

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Panamericano firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição, por R\$940 milhões, de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE"). A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. Esta aquisição adicionará à Companhia uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garantirá a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos 88 pontos de venda da BM Sua Casa.



No dia 31 de janeiro de 2012 foram celebrados com a TPG-Axon BFRE Holding LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), conforme os Fatos Relevantes divulgados em 28 de dezembro de 2011 e 1º de fevereiro de 2012.

Em 11 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil (“Bacen”) aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Panamericano.

Com isso, em 19 de julho de 2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE, por meio da qual foi cindido o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos (“Brazilian Capital”).

Adicionalmente, também em 19 de julho de 2012 e após a cisão descrita acima, foi concluída a aquisição indireta, pelo Panamericano, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities. Desta forma, a partir daquela data, os saldos das operações da BFRE passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras do Panamericano.

**c. Novos produtos e serviços, indicando**

*i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

*ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

*iii - projetos em desenvolvimento já divulgados*

*iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável.

**10.11 Outros fatores com influência relevante**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item 10.

**ANEXO II**
**Eleição de membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal**

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho de administração e fiscal, indicar:

**Eleição de Membros do Conselho de Administração:**

	<b>Jorge Fontes Hereda</b>	<b>André Santos Esteves</b>	<b>Antonio Carlos Canto Porto Filho</b>	<b>José Luiz Acar Pedro</b>
<b>Idade</b>	56 anos	44 anos	68 anos	60 anos
<b>Profissão</b>	Arquiteto	Bacharel em Ciências da Computação	Bancário	Administrador de empresas e contador
<b>CPF</b>	095.048.855-00	857.454.487-68	468.306.778-15	607.571.598-34
<b>Cargo</b>	Presidente do Conselho de Administração	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração
<b>Data de Eleição</b>	30.04.2013	30.04.2013	30.04.2013	30.04.2013
<b>Data da Posse</b>	Após homologação do Banco Central do Brasil			
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2015	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2015	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2015	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2015
<b>Outros Cargos</b>	N/A	N/A	N/A	Diretor Presidente da Companhia
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim	Sim	Sim	Sim

	<b>Roberto Balls Sallouti</b>	<b>Fábio Lenza</b>	<b>Márcio Percival Alves Pinto</b>	<b>Marcos Roberto Vasconcelos</b>
<b>Idade</b>	41 anos	51 anos	62 anos	43 anos
<b>Profissão</b>	Economista	Economista	Economista	Economista
<b>CPF</b>	135.962.478-37	238.544.131-49	530.191.218-68	740.661.299-00
<b>Cargo</b>	Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<b>Data de Eleição</b>	30.04.2013	30.04.2013	30.04.2013	30.04.2013
<b>Data da Posse</b>	Após homologação do Banco Central do Brasil			
<b>Prazo do</b>	Até a AGO a ser			

<b>Mandato</b>	realizada no exercício de 2015			
<b>Outros Cargos</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim	Sim	Sim	Sim

	<b>Otto Steiner Junior</b>	<b>João Cesar de Queiroz Tourinho</b>	<b>Fábio de Barros Pinheiro</b>	<b>Marcos Antonio Macedo Cintra</b>
<b>Idade</b>	61 anos	55 anos	53 anos	51 anos
<b>Profissão</b>	Advogado	Engenheiro	Engenheiro	Economista
<b>CPF</b>	077.899.719-72	599.911.947-20	275.497.201-34	498.856.266-20
<b>Cargo</b>	Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração			
<b>Data de Eleição</b>	30.04.2013	30.04.2013	30.04.2013	30.04.2013
<b>Data da Posse</b>	Após homologação do Banco Central do Brasil			
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2015	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2015	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2015	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2015
<b>Outros Cargos</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim	Sim	Sim	Sim

**Eleição de Membros do Conselho Fiscal:**

	<b>Fábio Franco Barbosa Fernandes</b>	<b>Paulo Roberto Salvador Costa</b>	<b>Juliêta Alida Garcia Verleun</b>	<b>Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti</b>
<b>Idade</b>	50	54	50	63 anos
<b>Profissão</b>	Administrador e Contador	Contador	Economista	Administrador de Empresas
<b>CPF</b>	041.324.698-16	003.188.108-40	473.105.616-00	137.806.628-68
<b>Cargo</b>	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
<b>Data de Eleição</b>	30.04.2013	30.04.2013	30.04.2013	30.04.2013
<b>Data da Posse</b>	Após homologação do Banco Central do Brasil			
<b>Prazo do Mandato</b>	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2014	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2014	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2014	Até a AGO a ser realizada no exercício de 2014
<b>Outros Cargos</b>	N/A	N/A	N/A	N/A

<b>Eleito pelo Controlador</b>	Sim	Sim	Sim	Sim
--------------------------------	-----	-----	-----	-----

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não aplicável.

**12.8. Em relação a cada um dos membros dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a/b. Currículo e demais eventos relacionados aos membros do Conselho de Administração:**

**André Santos Esteves** – Graduado em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. O Sr. Esteves tem aproximadamente 20 anos de experiência no mercado financeiro, com vasto conhecimento acerca do funcionamento do sistema financeiro nacional. Ingressou no Banco Pactual S.A. em 1989 na área de sistemas. Tornou-se sócio em 1993, tendo atuado na área de Renda Fixa com a gestão de recursos de terceiros desde 1996, bem como tendo sido responsável pelas operações de tesouraria e de mercado de capitais. Foi Diretor Executivo, entre 1998 a 2007 da Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, entre 1999 a 2005 da Sistema Leasing S.A Arrendamento Mercantil, e entre 2001 a 2005 da Pactual Asset Management S.A DTVM, entre outras empresas do Grupo. De abril de 2007 a 2009 foi nomeado Diretor Executivo do Banco Pactual S.A. Em 2006, posteriormente à venda do Banco Pactual S.A ao UBS AG, assumiu a função de Chairman e Diretor Executivo do UBS Pactual. Em agosto de 2007 foi nomeado Global Head de Renda Fixa e em outubro de 2007 atuou como Head Global FICC (Renda Fixa, Moedas e Commodities) no UBS AG, sediado em Londres. Foi diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) entre 2003 e 2007 e membro do conselho da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) de 2002 a 2006. Em 2008 fundou a BTG, tendo exercido a função de Presidente e CEO – Chief Executive Officer. Atualmente é CEO – Chief Executive Officer do Banco BTG Pactual S.A, além de membro do Management Committee. No Banco Panamericano S.A., foi eleito para o Conselho de Administração na AGE de 02.06.2011. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**Jorge Fontes Hereda** – Graduado em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e com mestrado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP. Exerceu vários cargos técnicos, entre 1980 a 1990, na Amesa - Alagados Melhoramentos do estado da Bahia S/A e na Urbis – Habitação e Urbanização da Bahia S.A. Entre 1990 a 1992 foi Supervisor de Ação Técnica da Superintendência da Habitação Popular - SEHAB/PMSP. Atuou de 1993 a 1996 como Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano em Diadema- SP. Nos anos de 1997, 1998 e 2000 foi Secretário de Desenvolvimento Sustentado em Ribeirão Pires - SP. E em 1999 atuou como Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Exerceu a função de Presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB em 2001. Entre 2001 a 2002 foi Secretário de Serviços e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo. De 2003 a 2005 foi Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Exerceu a função de Diretor entre 2006 a 2010 do Biape - Banco Interamericano de Ahorro Y Prestamo. Assumiu a Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal em 2005, cargo que ocupou até março de 2011. Atualmente é Presidente da Caixa Econômica Federal. No Banco Panamericano S.A., foi eleito para o Conselho de Administração na AGE de 02.06.2011. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo

administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**Antonio Carlos Canto Porto Filho** – Possui mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro. Iniciou sua carreira no Banco BCN S.A em 1969, onde ocupou vários cargos, dentre eles a Diretoria Financeira e a Vice Presidência Executiva. Ingressou no Banco Pactual S.A. em 1998, sendo responsável pelo relacionamento com clientes e Companhias. Angariando excelentes conhecimentos dos instrumentos negociáveis no mercado financeiro em geral, bem como sólidos conhecimentos de contabilidade, administração de empresas, e acerca do funcionamento do sistema financeiro nacional. Possui experiência em implementação, gestão e aprimoramento de estruturas de retaguarda e apoio em instituições financeiras. Em 1967 atuou na área de vendas da Dacon S.A Veículos Nacionais. Trabalhou no Banco de Crédito Nacional no ano de 1969 ocupando diversos cargos, dentre os quais a Diretoria Financeira e a Vice Presidência Executiva. Já em 1979 foi eleito Diretor financeiro e após 9 anos assumiu a Vice Presidência Executiva, sendo responsável além da Diretoria Financeira, da Tesouraria, Leasing, Seguradora, Crédito Imobiliário, Produtos Pessoa Física e Jurídica (desenvolvimento, implantação e acompanhamento) e Marketing. Desde 2000 atua como membro do Comitê Executivo do Banco Pactual S.A, sendo Diretor Executivo na área de Private Banking. Em 2002 foi eleito como Diretor Executivo da Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e em 2003 foi Diretor Executivo da Sistema Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, permanecendo em ambos os cargos até dezembro de 2006. De 2006 a 2008 foi Vice Chairman do Banco UBS Pactual. É um dos fundadores do escritório da BTG de São Paulo. No Banco Panamericano S.A., foi eleito para o Conselho de Administração na AGE de 02.06.2011. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**José Luiz Acar Pedro** – Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas de Santana e em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, atua no mercado financeiro há aproximadamente 40 anos. Iniciou sua carreira em 1971 no BCN, sendo eleito Diretor em 1986, Vice-Presidente Executivo em 1996 e Diretor-Presidente em 1999. Em 2003, foi eleito Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, onde atuou também como membro do Conselho Executivo. Entre as posições que ocupou estão ainda, entre outras, a de Diretor do Banco Alvorada, Diretor Vice-Presidente do Banco BankPar, Diretor do Banco Boa Vista Interatlântico, Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros e Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco BBI, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Cartões, Diretor Vice-Presidente do Banco Bradesco Financiamentos, Diretor Vice-Presidente da BEM DTVM, Diretor Vice-Presidente da Bradesco Administradora de Consórcios e Diretor Vice-Presidente do Banco IBI. Foi eleito para o cargo de Diretor Presidente do Banco Panamericano em 05.04.2011. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**Roberto Balls Sallouti** – Graduado em Economia com concentração em finanças e marketing pela University of Pennsylvania. O Sr. Sallouti tem aproximadamente 15 anos de experiência no mercado financeiro. Iniciou sua carreira no Banco Pactual S.A. no ano de 1994, atuando na área de Renda Fixa. Em 1995 atuou como trader, concentrando-se também no mercado de renda fixa. Tornou-se sócio em 1998. Em 1999 atuou com Joint Head de Renda Fixa em mercados locais brasileiros, e até julho de 2003 foi responsável pela área de renda fixa e tesouraria. Ademais, de 2002 a 2006 exerceu a função de responsável pela área internacional. Foi Managing Director de 2006 a 2008, quando era Joint Head de Renda Fixa de mercados emergentes e Joint Head de FICC (Renda Fixa, Moeda e Commodities) da América Latina. O Sr. Sallouti foi um dos

sócios fundadores da BTG em 2008. Atualmente é membro do Management Committee da BTG Pactual e também exerce a função de COO – Chief Operating Officer. No Banco Panamericano S.A., foi eleito para o Conselho de Administração na AGE de 02.06.2011. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**Fábio Lenza** – Vice-Presidente de Pessoa Física da Caixa Econômica Federal desde 2007 onde também atuou como Vice-Presidente de Negócios Bancários e Imobiliários de 2003 a 2007. Foi Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Vida e Previdência de 2004 a 2005 e Diretor Alternado do BIAPE (Banco Interamericano de Poupança e Empréstimos) de 2006 a 2009. É membro do Conselho Nacional de Turismo; membro do Conselho Deliberativo da ABECIP – Associação Brasileira de Entidades de Crédito imobiliário e Poupança; membro do Conselho Fiscal da FUNCEF e membro do Conselho Consultivo da Mastercard na região da América Latina e Caribe. É membro titular do Conselho de Administração da EMBRAPORT (Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.) desde setembro de 2010. Sua experiência profissional nos últimos 29 anos inclui outras áreas de atuação na CAIXA, tais como Loterias, Administrativa, Marketing, Rede de Agências, Informações Negociais, Telemarketing, Canais Alternativos e Controle e Finanças. É bacharel em Engenharia Civil junto à Universidade de Brasília/DF. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**Márcio Percival Alves Pinto** – Nasceu em São Paulo em 21 de setembro de 1950. É graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo, possui Mestrado e Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Dentro da própria Unicamp, atuou como professor e Diretor do Instituto de Economia. Foi Diretor-executivo da Fundação Seade e Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Ainda exerceu a função de Chefe de Gabinete da Nossa Caixa São Paulo. Atualmente ocupa na CAIXA a Vice-Presidência de Finanças. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**Marcos Roberto Vasconcelos** – Graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Paraná, possui Mestrado em Economia, pela Universidade Estadual de Campinas e Doutorado em Teoria Econômica, também cursado na Universidade Estadual de Campinas. No Paraná, foi Professor de graduação e pós-graduação do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá, além de Coordenador do Programa de Mestrado em Economia da Universidade. Também foi assessor da Secretaria de Governo da prefeitura de Maringá e ocupou o cargo de Consultor no projeto "Reorganização Mundial do Setor de Serviços Financeiros e as Negociações Brasileiras na Rodada 2000 da OMC: Avaliação do Potencial de Competitividade Internacional das Empresas Nacionais de Serviços Financeiros" – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ocupou ainda as funções de Vice-presidente da Maringá Crédito Solidário – Oscip de Microcrédito, de Consultor no projeto "Construção de Modelo Estatístico Nacional para o Comércio Internacional de Serviços" – Ministério das Relações Exteriores/ Banco Mundial e de Consultor da Presidência da CAIXA. Atualmente é Vice-Presidente da área de Controle e Risco da CAIXA. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**Otto Steiner Junior** – Advogado, inscrito na OAB/SP e OAB/SC sob o No 2.224, formado pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1975, com pós graduação em Administração Financeira pela FEA/USP. Atuou como Diretor Jurídico do Grupo Noroeste (Santander). Atualmente é Consultor Jurídico do Fundo Garantidor de Crédito – FGC e sócio do Steiner Advogados Associados, em São Paulo. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha inabilitado ou suspenso para a prática de atividade profissional ou comercial.

**João Cesar de Queiroz Tourinho** – Engenheiro, formado em Engenharia Mecânica e de Produção pela Pontifícia Universidade Católica – RJ em 1981, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC – 1986. Atuou como membro do Comitê de Ética da BM&F, de 2006 a 2009; como presidente da Comissão da Clearing de Ativos da BM&F, de 2003 a 2005; como Diretor da Associação das Instituições do Mercado Financeiro – Andima, de 2005 a 2007; como Diretor de Tesouraria do Banco BMC, de 1985 a 1989; como Diretor de Tesouraria do Banco Mantrust – SRL, de 1989 a 1993; como Diretor Financeiro do Banco West LB, de 1993 a 1995; como Diretor Financeiro do Banco Safra, de 1995 a 2004; como Diretor Geral da Black River/Cargill, de 2005 a 2006; e como Vice-Presidente e Membro do Comitê Executivo do Banco Safra, de 2006 a 2009. É Diretor da Maua Sekular Investimentos, desde Fevereiro 2009; e membro do Conselho de Administração da Cyrela, desde fevereiro de 2011. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha inabilitado ou suspenso para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Fábio de Barros Pinheiro** – Engenheiro Eletricista, formado pela Universidade de Brasília em 1982, com MBA pela Indiana University – 1992. Ingressou no Banco Pactual S.A. em 1992 e, de 2004 a 2009, atuou como sócio responsável pelo relacionamento comercial com empresas do setor de saúde e tecnologia; no Banco UBS Pactual S.A. atuou como Managing Director de 2006 a 2009. Desde 2009 é Diretor Financeiro e Administrativo e do Grupo Dilleto, bem como Presidente do Conselho de Administração da Sappada Participações S.A. Em 2010 foi eleito como membro independente do Conselho de Administração da Galvani Indústria e Comércio S.A. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha inabilitado ou suspenso para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Marcos Antonio Macedo Cintra** - Formado em economia no DEPE/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, entre 1980 e 1983, com mestrado em economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, entre 1988 e 1993 e com doutorado em economia no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, entre 1994 e 1997. Participou do Programa Multidisciplinar de Formação de Quadros do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebap, realizou Curso de Gerência Social para Diretores do Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento de Washington, D.C. de 17 de março a 11 de abril de 2003. Publicou diversos artigos e deu várias entrevistas ao longo de sua carreira. No Instituto de Economia da Unicamp, em Campinas, entre junho de 2004 e junho de 2009, exerceu as atividades de Professor de Economia Internacional. Professor convidado do Centre d’Economie de l’université de Paris Nord – França, durante o mês de fevereiro de 2009, Editorialista de economia do jornal Folha de S.Paulo, entre 28 de fevereiro de 2002 e 26 de junho de 2009. Membro do Conselho Editorial da Revista Novos Estudos, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), São Paulo, a partir de dezembro de 2004 e da Revista Economia e Sociedade, do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, a partir de novembro

de 2005. Técnico em Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), desde 17 de junho de 2009. Coordenador-Geral de Pesquisas em Relações Econômicas e Políticas Internacionais na Diretoria de Estudos em Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**a/b. Currículo e demais eventos relacionados aos membros do Conselho Fiscal:**

**Fábio Franco Barbosa Fernandes** – Formado em Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Direito, com pós graduação *latu sensu* em Administração Financeira pela Escola Superior de Administração e Negócios – ESAN e V Master em Dirección y Gestion de Planes y Fondos de Pensiones na Organização Ibero Americana de Seguridade Social pela Universidad de Alcalá em Madri – Espanha. Em 1998, tomou posse como Auditor Fiscal da Receita Federal. Em 1999, atuou no INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social na fiscalização externa das contribuições previdenciárias, sendo que entre 1999 a 2000 coordenou a equipe fiscal e de novembro de 2000 a setembro de 2001 foi chefe da Divisão de Arrecadação. Em 2002, atuou na Secretaria de Previdência Complementar, tendo fiscalizado as entidades fechadas de previdência complementar, análise de processos, treinamento e supervisão de equipe fiscal, no período compreendido entre maio de 2002 a março de 2005. De março de 2005 a dezembro de 2006, foi chefe de gabinete. Foi Diretor do Departamento de Fiscalização de dezembro de 2005 a setembro de 2008. Desde março de 2006, é Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, como representante do Ministério da Previdência Social. No Ministério da Fazenda atua como assessor na Secretaria Executiva desde janeiro de 2009. No Banco Panamericano S.A., foi indicado para ocupar o cargo de Membro Efetivo do Conselho Fiscal. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**Paulo Roberto Salvador Costa** – Formado em Contabilidade pela Faculdade São Judas Tadeu. Atua há 23 anos no mercado financeiro, com sólida experiência em perícia contábil, judicial e extrajudicial, contratos no âmbito do mercado financeiro, planejamento tributário e organização societária e contabilidade de instituições financeiras. Na Varig Leasing S.A. e no Banco de Crédito Nacional S.A., atuou nas áreas contábil e de crédito, bem como elaborou e implantou as estruturas administrativas, enquadrando, formalizando e controlando toda carteira de Leasing. Foi responsável ainda pelo “back-office” da Simpex Corretora de Mercados e Futuros Ltda. Atualmente atua em perícia, judicial e extrajudicialmente, nas áreas cível e trabalhista. Também, assessora e desenvolve trabalhos técnicos nas áreas fiscal, contábil e tributária. No Banco Panamericano S.A., foi indicado para ocupar o cargo de Membro Efetivo do Conselho Fiscal. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**Juliêta Alida Garcia Verleun** – Formada em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Exerceu suas funções no setor privado, entre 1984 a 1991, na S/A White Martins – Rio de Janeiro. De 1992 a 1994, foi Economista do Projeto PROSEGE – Programa de Saneamento Básico – financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Atuou no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de janeiro de 1999 a novembro de 2004. Atua no setor público brasileiro desde 1994. Exerceu a função de Analista de Finanças e Controle, nos setores de Coordenação-Geral da Administração da Dívida Pública interna (CODIP), e externa (COREX). No período de dezembro de 2004 a abril de 2007 foi Assessora do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda (SE/MF). Exerceu o

cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, no período de abril de 2007 a agosto de 2008. Trabalhou como Chefe de Gabinete da Secretaria de Política Econômica – SPE de agosto de 2008 a dezembro de 2010. Atualmente é Subsecretária de Gestão Estratégica do Ministério da Fazenda, cargo que ocupa desde janeiro de 2011. No Banco Panamericano S.A. foi indicada para ocupar o cargo de Membro Suplente do Conselho Fiscal. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti** – Formado em administração de empresas pela ESAN – Escola Superior de Administração e Negócios e em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica – PUC. Possui vasta experiência, já tendo atuado em bancos comerciais e de investimentos, em mercado de capitais, auditoria, contabilidade e nas áreas financeiras e jurídicas. Atuou por mais de 12 anos como auditor e supervisor no Banco de Crédito Nacional S/A, de 1997 a 1999 no Banco Pactual S/A na área de recuperação de créditos e entre 1999 a 2004 na área de operações de crédito e controles financeiros no Banco Royal de Investimento S/A. Atualmente, trabalha desde 2009 na CFK Participações Ltda. atuando nas áreas financeira, contábil, de investimentos nacionais e internacionais e atividades agrícolas. No Banco Panamericano S.A foi indicado para ocupar o cargo de Membro Suplente do Conselho Fiscal. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:**

Não há relação familiar entre os administradores da Companhia.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle de administradores e controladas e outros:**

**Membros do Conselho de Administração:**

<b>Pessoa</b>	<b>Parte relacionada</b>	<b>Tipo de parte relacionada</b>	<b>Cargo ou função da pessoa junto à parte relacionada</b>
André Santos Esteves	Banco BTG Pactual S.A.	Controlador Direto	Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente
Jorge Fontes Hereda	Caixa Econômica Federal	Controlador Indireto	Presidente
Jorge Fontes Hereda	Caixa Participações S.A.	Controlador Direto	Presidente do Conselho de Administração
Antônio Carlos Canto Porto Filho	Banco BTG Pactual S.A.	Controlador Direto	Diretor Executivo
José Luiz Acar Pedro	Panamericana de Seguros S.A.	Controlada Direta	Diretor Superintendente
José Luiz Acar Pedro	Panamericano Arrendamento	Controlada Direta	Presidente do Conselho de

	Mercantil S.A.		Administração e Diretor Presidente
José Luiz Acar Pedro	Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	Controlada Indireta	Diretor
José Luiz Acar Pedro	Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Controlada Direta	Diretor
José Luiz Acar Pedro	Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Controlada Indireta	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente
José Luiz Acar Pedro	Brazilian Securities Companhia de Securitização	Controlada Indireta	Presidente do Conselho de Administração
José Luiz Acar Pedro	Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	Controlada Indireta	Diretor Presidente
José Luiz Acar Pedro	BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Controlada Indireta	Diretor
José Luiz Acar Pedro	Ourinvest Real Estate Holding S.A.	Controlada Direta	Diretor
Roberto Balls Sallouti	Banco BTG Pactual S.A.	Controlador Direto	Membro do Conselho de Administração e Diretor Executivo
Fábio Lenza	Caixa Econômica Federal	Controlador Indireto	Vice-Presidente de Pessoa Física e Serviços Bancários – VIPFI
Márcio Percival Alves Pinto	Caixa Econômica Federal	Controlador Indireto	Vice-Presidente de Finanças
Márcio Percival Alves Pinto	Caixa Participações S.A.	Controlador Direto	Diretor Presidente
Marcos Roberto Vasconcelos	Caixa Econômica Federal	Controlador Indireto	Vice-Presidente de Gestão de Ativos de Terceiros
João Cesar de Queiroz Tourinho	Banco BTG Pactual S.A.	Controlador Direto	Cliente

**Membros do Conselho Fiscal:**

Não há relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas entre os membros do Conselho Fiscal e (a) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; (b) controlador direto ou indireto da Companhia; e (c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de suas controladas ou controladoras, ou controladas de quaisquer dessas pessoas.

## ANEXO III

### **Remuneração dos administradores**

#### **13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

##### **a. *Objetivos da política ou prática de remuneração***

O objetivo da política de remuneração da Companhia é compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio da adoção de política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos conselheiros e diretores da Companhia segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore ou salário fixo.

##### Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é determinada de acordo com as práticas de mercado.

##### Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

##### Conselho Fiscal

Nos termos do parágrafo 3º, do artigo 162 da Lei 6.404 de 1976 (“Lei das S.A.”), no exercício de 2010, os membros do Conselho Fiscal perceberam remuneração correspondente a 10% do valor médio da remuneração fixa dos membros da Diretoria.

##### Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada membro e de acordo com as práticas de mercado.

##### **b. *Composição da remuneração***

*(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

##### Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta exclusivamente por pró-labore mensal, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, não havendo outros elementos, sejam eles de remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

##### Diretoria Estatutária



A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: por (i) pró-labore mensal e (ii) benefícios (os quais são compostos por seguro de vida, assistência médica e odontológica). O objetivo da remuneração paga aos Diretores é a seguinte:

- (i) Pró-labore mensal – remunerar os Diretores pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido;
- (ii) Benefícios – o pacote de benefícios busca atender às necessidades básicas dos membros da Diretoria

#### Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por pró-labore, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

#### Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore mensal.

#### ***(ii) proporção de cada elemento na remuneração total***

##### Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore mensal).

##### Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: 98,5% da remuneração total correspondem à remuneração fixa (pró-labore mensal) e 1,5% correspondem aos benefícios listados no item 13.1.b.i acima.

##### Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

##### Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore.

#### ***(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração***

O valor da remuneração dos membros da administração da Companhia é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia. A remuneração da Diretoria é reajustada anualmente, de acordo com o mercado.

A Companhia estuda as remunerações praticadas pelo mercado por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo porte, do mesmo setor e localizadas na mesma região da Companhia, utilizando como insumo para decisões internas a variação percentual da remuneração dos diversos cargos da organização (tal como, diretor, membro do conselho de administração e etc.)

***(iv) razões que justificam a composição da remuneração***

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade da Companhia.

***c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração***

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

***d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho***

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

***e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo***

A política e prática de remuneração dos administradores busca incentivar os administradores da Companhia a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e conseqüentemente a gerar melhores resultados para a Companhia.

Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos membros da administração da Companhia é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a política de remuneração da Companhia busca reter os melhores profissionais na Companhia e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo da Companhia.

***f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos***

Não aplicável.

***g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia***

Não aplicável.

**13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

<b>Remuneração prevista para o Exercício Social 31/12/2013 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº de Membros	13	9	3	25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.200.000,00	25.380.000,00	210.000,00	28.706.000,00
Benefícios direto e indireto		120.000,00		
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã do cargo				
Baseada em ações				
<b>Total da remuneração</b>	<b>3.120.000,00</b>	<b>25.500.000,00</b>	<b>206.000,00</b>	<b>28.826.000,00</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social 31/12/2012 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº de Membros	12	8	3	23
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.920.000,00	4.500.000,00	181.260,00	6.601.260,00
Benefícios direto e indireto		120.710,22		
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã do cargo				
Baseada em ações				
Observação	Dos 12 Conselheiros de Administração, 4 abriram mão da remuneração.			

Total da remuneração	<b>1.920.000,00</b>	<b>4.620.710,22</b>	<b>181.260,00</b>	<b>6.721.970,22</b>
----------------------	---------------------	---------------------	-------------------	---------------------

<b>Remuneração total do Exercício Social 31/12/2011 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº de Membros	8,67	8,33	1,83	18,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.520.000,00	5.604.348,00	116.600,00	8.240.948,00
Benefícios direto e indireto		74.305,00		74.305,00
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
<b>Total da remuneração</b>	<b>2.520.000,00</b>	<b>5.678.653,00</b>	<b>116.600,00</b>	<b>8.315.253,00</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social 31/12/2010 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de membros	5,50	6,33	3,00	14,83
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	994.233,00	4.739.606,64	190.800,00	5.924.639,64
Benefícios diretos e indiretos (Assistência médica, seguro de vida)		943.757,84		943.757,84
Outros				
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor da remuneração</b>	<b>994.233,00</b>	<b>5.683.364,48</b>	<b>190.800,00</b>	<b>6.868.397,48</b>

Obs.: o número de membros de cada órgão foi apurado mediante média anual do número de membros apurado mensalmente, nos termos do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº005/2011

### 13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

### 13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

### 13.5 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Posição em 31.12.2012:

#### Banco Panamericano S.A.

Acionista	Ações de emissão da Companhia		
	Preferenciais	Ordinárias	(%)
Conselho de Administração	27.401	5	0,00
Diretoria	0	0	0
Conselho Fiscal	30.000	0	0
<b>TOTAL</b>	<u>57.401</u>	5	0,01

#### Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.

Acionista	Ações	
		(%)
Conselho de Administração	3	0,03
Diretoria	<u>0</u>	<u>0</u>
Conselho Fiscal	<u>0</u>	<u>0</u>
<b>Total</b>	3	0,03

### 13.6 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

### 13.7 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

**13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

**13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

**13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não há.

**13.11 Remuneração Média dos Administradores**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Nº de Membros	8,00	8,33	12	8,67	3	1,83
Valor da maior remuneração (em Reais)	720.000,00	699.000,00	240.000,00	240.000,00	60.420,00	63.600,00
Valor da menor remuneração (em Reais)	540.000,00	48.085,00	240.000,00	100.000,00	60.420,00	21.200,00
Valor médio da remuneração (em Reais)	562.500,00	681.711,04	240.000,00	290.657,44	60.420,00	63.715,85

**13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia**

Não aplicável.

**13.13 Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

	Término do Exercício Social	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Conselho de Administração	29,09%	29,03%
Diretoria Estatutária	68,17%	69,31%
Conselho Fiscal	2,74%	1,66%

**13.14** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável.

**13.15** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.

**13.16** Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".

#### **ANEXO IV**

**Informações nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09;**

Não aplicável pelo fato de haver prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.